



REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados avaliam incluir carne na cesta básica

Cajado diz haver espaço para acrescentar o produto e admite que parlamentares estudam a possibilidade. Texto será votado hoje

» ALINE BRITO

A Câmara acena com a possibilidade de incluir carne na cesta básica isenta de impostos. O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), integrante do grupo de trabalho da reforma tributária, admitiu que os parlamentares avaliam essa opção. A proteína animal ficou fora do relatório do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, enviado pelo governo ao Congresso. O Ministério da Fazenda argumenta que a inclusão do produto implicaria aumento da alíquota geral do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Ante a repercussão, no entanto, deputados estudam uma forma de garantir a inclusão sem aumentar o imposto.

Ontem, Câmara aprovou, por 322 votos a favor e 137 contrários, o requerimento de urgência para a votação do PLP, ou seja, o texto vai direto para o plenário, sem passar por comissões. A apreciação da matéria está marcada para hoje.

No texto da **regulamentação** apresentado na semana passada pelo grupo de trabalho, os deputados estabeleceram, referente à proteína animal, uma redução de 60% do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), que compõem o IVA. Com a inclusão na cesta básica, a carne teria a alíquota reduzida a zero. Com isso, de acordo com a Receita Federal, a alíquota geral poderia aumentar em 0,53%, passando de 26,5% para 27,03%. “Como nós colocamos veículo elétrico no Imposto Seletivo e, quando for implementada a reforma, haverá praticamente zero de sonegação, sabemos que vamos ter um ganho adicional de um espaço que essas emendas (da carne), se porventura vierem, serão absorvidas, e o patamar continue em 26,5%. Espaço há”, enfatizou Cajado, após reunião de líderes partidários, ontem, na Residência Oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com a participação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Outra possibilidade para a inclusão da carne na cesta

Mário Agra/Câmara dos Deputados



O objetivo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é concluir a votação antes do início do recesso parlamentar, que começa no dia 18

Novo modelo

Esse primeiro relatório sobre a regulamentação da reforma tributária trata da implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, de estados e municípios), em substituição a cinco tributos que recaem hoje sobre o consumo de bens e serviços (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS).

básica seria inserir armas de fogo no Imposto Seletivo. A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) protocolou uma emenda para incluir armamento na lista de produtos sobre os quais incidirá o chamado “imposto



Como colocamos veículo elétrico no Imposto Seletivo e, quando for implementada a reforma, haverá praticamente zero de sonegação, sabemos que vamos ter um ganho adicional de um espaço que essas emendas (da carne), se porventura vierem, serão absorvidas, e o patamar continue em 26,5%. Espaço há”

Cláudio Cajado (PP-BA), deputado integrante do grupo de trabalho

do pecado” — tributo destinado a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Outros deputados apoiaram a proposta, que será analisada, hoje, pelo plenário da Casa.

“Vai depender agora da decisão política do colegiado de líderes. O importante é que nós criamos esse espaço com o substitutivo que apresentamos. Agora, caberá ao conjunto da Câmara decidir o que fazer”, acrescentou Cajado.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a maior bancada do Congresso, tem se movimentado para incluir a carne na alíquota zero. O presidente do grupo, deputado Pedro Lupion (PP-PR), destacou que o relatório apresentado pelo grupo de trabalho, na quinta-feira, precisa de ajustes. Ele ressaltou que a bancada já apresentou mais de 20 emendas ao texto.

“O que foi apresentado, nós não concordamos, principalmente sobre o impacto das proteínas na cesta básica. Temos agora comprovado que a inclusão das proteínas na cesta básica teria um impacto menor que 0,3 ponto percentual na alíquota”, sustentou Lupion. Segundo o parlamentar, o objetivo principal é manter uma reforma tributária neutra para o produtor rural, sem impacto negativo na produção de alimentos.

Votação

Com a aprovação de urgência para a votação do PLP, o processo de tramitação é acelerado, e o texto fica dispensado de análise por comissões permanentes. O debate em relação ao mérito começará às 10h. De acordo com líderes, a pauta da Câmara, hoje, será focada na deliberação da reforma tributária, durante todo o dia.

Lira cancelou o restante da agenda da Casa — as sessões de todas as comissões — e vai concentrar os trabalhos no plenário para a aprovação do PLP. Se receber o aval dos deputados, o texto seguirá para o Senado.

Até o início da noite de ontem, o projeto já contava com mais de 400 emendas. Boa parte das proposições reivindica a inclusão de armas e munições no Imposto Seletivo.

Na justificativa, a bancada do PCDoB citou dados do Instituto Sou da Paz, segundo os quais o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou R\$ 41 milhões com vítimas de armas de fogo, em 17,1 mil internações em 2022.

“Os gastos direcionados ao tratamento das vítimas consomem recursos que poderiam ser investidos em políticas públicas e destinados à saúde preventiva se os níveis de violência armada fossem menores no país”, frisou o partido. “Em síntese, uma internação por arma de fogo custa 3,2 vezes mais do que o gasto federal com saúde per capita. E se for de alta gravidade por arma de fogo, custa 5,2 vezes mais do que o gasto federal com saúde per capita”, acrescentou, ressaltando, ainda, os danos causados ao meio ambiente pelas armas e munições.

A proposta contou com amplo apoio do bloco de MDB, PSD, Republicanos e Podemos; PSB e do bloco da Federação PSol/Rede.

Se o PLP 68 for aprovado hoje, existe a possibilidade de que o segundo PLP da regulamentação, o 108, seja apreciado amanhã, já que esse projeto tem um consenso maior e deve ter deliberação mais simples. Entretanto, a probabilidade é que essa votação ocorra em agosto, após o recesso. **(Colaborou Rafaela Gonçalves)**

Janine Moraes/CB/D.A Press



A isenção para carne tornou-se o maior entrave no projeto da reforma

Setores na disputa por regimes especiais

» RAFAELA GONÇALVES

A desoneração da carne se tornou o maior entrave do projeto de regulamentação da reforma tributária. Setores interessados na isenção da proteína animal dedicaram o dia ontem a percorrer os gabinetes da Câmara em busca de apoio.

Em nota oficial, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) afirmou que a ausência das carnes entre os itens da cesta básica de alimentos, que contará com isenção na reforma tributária, pode aumentar a insegurança alimentar no país.

De acordo com a entidade, a falta da proteína tem o potencial de causar severo impacto no acesso aos alimentos nutricionalmente recomendados à população brasileira. “Além de não favorecer o consumo democrático desse alimento essencial para a saúde humana, a reforma tributária, neste ponto, tiraria um benefício que a população já tem”, reforçou a associação em nota.

Para a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a desoneração das carnes não compromete a alíquota padrão do IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Pelos cálculos da entidade, a eliminação da alíquota para as proteínas resultaria em um aumento de apenas 0,18 ponto percentual. A estimativa contraria os cálculos da Receita Federal, que estima uma alta de 0,53 ponto percentual, fazendo com que o IVA passe de 26,5% para 27,03%.

“O país e a sociedade só têm a ganhar ao isentar carnes e peixes. A pequena renúncia de arrecadação fiscal se justifica pelo ganho em saúde geral da população. Especialmente para as famílias de média e baixa renda, que compõem cerca de 90% da população, a isenção de tributos sobre as proteínas de origem animal será crucial”, defendeu a associação em nota.

A Abras argumentou que “a arrecadação total com o novo imposto corresponderia exatamente ao que se arrecadou em 2023 com a soma dos impostos de

consumo, ou seja, R\$ 1,2 trilhão, incluídos todos os tributos a serem pagos pelos demais produtos vendidos no varejo alimentar”.

Indústria

Os últimos dias se tornaram um verdadeiro cabo de guerra de setores que buscam por tratamento diferenciado no novo regime tributário. A indústria também exige seus ajustes. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) criticou a falta de ampliação da lista de bens e serviços contemplados com alíquotas reduzidas ou zero. A entidade disse ainda que “propostas importantes não foram acolhidas pelo substitutivo”.

“Entre elas, está a necessária e viável redução do prazo padrão de apreciação do pedido de ressarcimento dos saldos credores de IBS/CBS, de 60 para 30 dias, que irá contribuir para a redução do custo financeiro das empresas”, destacou o presidente da CNI, Ricardo Alban. “O substitutivo estabeleceu o prazo de 30 dias apenas para

empresas que integram o programa de conformidade tributária, o que não é suficiente.”

A incidência do novo Imposto Seletivo pode tornar ainda mais difícil, também, a compra de um automóvel. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a tributação extra deve ser repassada ao preço final dos veículos para o consumidor, ameaçando ainda a geração de empregos.

O novo imposto engloba todos os automóveis e veículos comerciais, de acordo com a entidade. “Depois de tantos anos lutando pela eliminação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), não faz sentido criar um imposto adicional, que se somaria ao IVA, dificultando ainda mais a aquisição de veículos a uma parcela significativa da população”, frisou o setor em nota. “Se um dos méritos da reforma tributária é reduzir a complexidade e o custo do cálculo tributário, o Imposto Seletivo vai no sentido oposto e onera quem reduz poluentes do ar.”